

Na concertação se faz necessário pensar cooperação!

Gilson Luiz dos Anjos, João Carlos Pereira Junior, Kettia Kellen, Patricia de Camillis, Rogério Knebel, Roque Graziolla, Sandra Andrea Assumpção Maria, Valter Morigi

RESUMO: O artigo debate a hipótese de que o modelo técnico-organizacional não pode servir como um exemplo de afirmação de ação coletiva segundo a proposta de um projeto de emancipação e autonomia. Parte da afirmação de que cooperar é muito mais do que a coesão social, é um processo complexo. Cooperar tem a ver com conectar perspectivas de ação e com formas de tomar decisões coletivas, tendo por resultado a ressignificação dos espaços de poder. Defende-se que se trata de um processo pedagógico e ético. O artigo conclui que a ressignificação do conceito busca a individualidade e a pluralidade como elementos complementares e fundamentais em qualquer processo de concertação social.

Palavras chave: cooperação, educação, ética, individualidade, concertação social.

Introdução: Este texto se propõe pensar a cooperação como um processo aberto que se modifica ao longo das experiências; por isso é um processo pedagógico. A seguir, o debate defende que cooperar é um projeto de conectar perspectivas de ação e diferentes formas de tomar decisões coletivas, gerando a ressignificação dos espaços de poder. Encerra apontando para a necessidade de ressignificar o conceito de cooperação de forma a não definir a individualidade a pluralidade como forças contrárias, mas complementares.

[...] a cooperação só acontece com a aceitação do outro. Em relação de dominação e submissão não há cooperação, há obediência, há submissão. A cooperação existe como fenômeno somente no espaço em que a relação é uma re- lação em que os participantes surgem como legítimos na convivência (MATURANA, 1993, pág. 69).

A crise nos obriga a voltar às velhas questões e exige respostas e, quer sejam novas ou antigas, propõem julgamentos diretos. Uma crise só se torna desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Essa atitude não apenas aguça a crise como nos priva de experimentar outros modos de pensar. Com os processos associativos e cooperativos isto também ocorre, principalmente quando os sentidos da coesão social são apropriados pela lógica do capital que, ao travestir os significados, propõe que cooperar é uma forma de organizar o trabalho. Interessante que os arranjos organizacionais referendados pelas cartilhas neoliberais apresentam a cooperação como processo coletivo, de ação individual (“a minha parte eu fiz...”) incentivando o individualismo como única possibilidade de mudança. É certo que na América Latina parte dos processos de cooperação foram sancionados, externamente, pela força ou por autoridade de pessoas de referência,

porém a sua história destaca que, apesar das suas particularidades, há elementos comuns de invariância que parecem indicar que, apesar da exploração e da desigualdade social, sempre existiram estratégias baseadas em modelos de cooperação e ação coletiva para contestar (ou refutar) a dominação. Tais fatos constituem, ainda hoje, formas de manifestação que expressam identidades e diferenças, dois constitutivos necessários à emancipação e autonomia de indivíduos ou grupos.

Essa forma de organização propõe que os processos de cooperação se transformem em processos de competição, onde os grupos associativos e cooperativos, para sobreviver, precisam cooperar entre si e competir com os outros. Cooperar como processo aberto, plural, democrático, caracteriza-se como uma experiência vital; uma experiência histórica que muda com o contexto e, por isso mesmo, passa a ser, também uma experiência pedagógica: somos resultados das propostas/modelos de cooperação social e na cooperação aprendemos a ser o que somos. É importante lembrar que não podemos nos tornar o que devemos ser, se continuarmos a ser o que somos.

Como experiência pedagógica, devemos compreender que a cooperação é uma prática histórica e social e que de certa forma institui um espaço de aprendizagem. É importante compreender que a cooperação é uma prática histórica e social e que, de certa forma, institui um espaço de aprendizagem sendo, portanto, uma experiência pedagógica. Esse aprendizado se dá desde a organização ou instituição através das práticas dos associados, da linguagem, do diálogo, produzidos no processo de construção de conhecimento e socialização. Essas práticas podem ser construídas, ou mesmo desconstruídas, nos estabelecimentos educativos, pois a educação também é um processo que não acontece sem a cooperação e a cooperação não ocorre sem a educação.

O fenômeno da cooperação como processo plural causa tensões e contradições tanto na auto representação, quanto na ação social. Cabe distinguir essa ação coletiva do conjunto de papéis sociais definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações que propõem a cooperação como fator fundamental da coesão social.

Nossa hipótese é de que o modelo técnico-organizacional não pode servir como um exemplo de afirmação da ação coletiva que favoreça à construção de um projeto de emancipação e autonomia, porque a ação afirma-se e enfatiza comportamentos individualistas. Cooperar não é apenas momento de coesão social; trata-se de um agir na reciprocidade que, mesmo provocada por interesses diferentes, remete, necessariamente, a tomada de decisões coletivas. Tomada de decisão contém, à primeira vista, dois elementos diferenciados, mas complementares: um grau de racionalidade (e comportamento) particular, que determina a compreensão da realidade e o reconhecimento das limitações da capacidade individual e de grupo em desenvolver ações de maior alcance.

Parece-nos, no entanto, que não basta pensar a cooperação apenas a partir desses dois fatores. É preciso levar em conta outros, mais complexos, e que se não são incorporados na análise, podem dar a ideia simplória de que cooperar resulta apenas de um alinhamento de vontades. O não ajustamento das vontades nos espaços associativos sinaliza:

- a) que o desconhecimento e a percepção fragmentada da realidade favorece a naturalização das hierarquias;

b) que o centralismo técnico-gestionário apresenta-se como modelo único nos processos organizativos da ação coletiva e justifica-se por urgências manipuladas por quem detém o poder;

c) que alienação ou desinteresse dos indivíduos e grupos por tudo aquilo que diga respeito ao coletivo é explicação ligeira e simplista de um processo mais amplo.

Cooperar tem a ver com conectar perspectivas de ação, com formas de tomar decisões coletivas, onde os envolvidos ao estabelecer linguagens e parâmetros comuns, são capazes de ressignificar os espaços de poder existentes no grupo.

É preciso ter presente que a radicalidade da cooperação fica prejudicada ou inviabilizada quando no cenário social há modos de conviver que privilegiam comportamentos individualistas, egocêntricos, cujos interesses e valores se apresentam como concorrentes e, não raro, abertamente conflitantes, dificultando tomadas de decisões consensuais. Para Maturana (1993): Na contemporaneidade, o reinventar e o deslocar conceitos concorre para que haja equivalência entre fatos e processos que são diferenciados: reciprocidade nos processos cooperativos não tem nada a ver com domesticidade ou formas de estabilização das relações sociais.

Nesse sentido, a escola ou os espaços educativos assumem um lugar de destaque, pois podem trabalhar a emancipação como um processo que decorre de uma intencionalidade política e luta pela libertação de homens e mulheres comprometidos com a transformação das condições e de situações limites da vida e existência dos oprimidos. (Paulo Freire, 1996).

Se “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”, então cabe lembrar que há muito os trabalhadores e outras pessoas procuraram formas organizativas capazes de garantir proteção contra a lógica que pensa a coesão social apenas nos seus elementos instrumentalizantes. A cooperação requer uma preocupação com o outro, ou seja, pensar no coletivo. Certamente os sujeitos que fazem parte desta construção, ao mesmo tempo em que colaboram, também tiram desta cooperação algo que lhes convém. Este processo que promove a subjetividade é uma forma de buscar o desenvolvimento coletivo e ao mesmo tempo individual.

Quando se coloca que a escola tem o papel de trabalhar a autonomia, a emancipação e o cuidado com o outro, como um sujeito legítimo, é preciso pensar no contexto atual em que estamos inseridos, de formas plurais, grupos diversificados, gostos, formas de ser e atuar, entre outros, sendo que a escola recebe todas estas diferentes formas de ser. Portanto, há que se pensar estratégias que desenvolvam a cooperação em diferentes espaços sociais e culturais. Segundo McConnel (1998), o sistema educacional pode não estar particularmente preocupado em promover a cooperação no processo de aprendizagem, mas, de alguma forma, os alunos trabalham juntos informalmente e compartilham sua aprendizagem, dependendo do contexto específico. Os alunos cooperam porque percebem as vantagens de compartilhar o que sabem e intuitivamente adotam uma visão social do processo de aprendizagem.

Os alunos estão vivenciando e trazendo outras experiências de vida aliadas principalmente ao uso das tecnologias digitais virtuais (TDVs). Estas estão se constituindo espaços de aprendizagem, convivência e de socialização, criando

oportunidades para a disseminação da informação de maneira autônoma e, sobretudo, cooperativa. Assim, torna-se ainda mais emergente, proporcionar espaços de formação docente que favoreçam a utilização desses recursos e a reflexão de sua potencialidade na educação. Para Piaget (1973: 105), [...] cooperar na ação é operar em comum, isto é, ajustar por meio de novas operações (qualitativas ou métricas) de correspondência, reciprocidade ou complementaridade, as ações executadas por cada um dos parceiros.

Na contramão da lógica individualista e de mercado é possível visualizar outras práticas de ação coletiva. Na atualidade brasileira, como exemplos de grupos de resistência, podemos destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLN) e os grupos de trabalhadores(as) organizados em empreendimentos autogestionários de economia solidária. Estes aliam a busca de objetivos específicos – a luta pela democratização e acesso à terra, acesso à terra e moradia urbana, a organização político-econômica autogestionária - com a utopia de transformação da sociedade. Nessa perspectiva, cooperação implica em uma pedagogia política, capaz de dar conta das demandas mais urgentes, contraposta à cultura da “competição”, como afirma Marcos Arruda³ (2006).

Campos e Col (2003), colocam que:

Nos cenários cooperativos, alguns fatores são fundamentais para que se estabeleça o processo cooperativo: - responsabilidade individual por informações reunidas pelo esforço do grupo; - interdependência positiva, de forma que sintam que ninguém isoladamente obterá sucesso a não ser que todos obtenham; - desenvolvimento da habilidade de analisar a dinâmica do grupo e trabalhar com problemas, ou seja, aquisição de conhecimentos para avaliar o funcionamento do grupo e as contribuições dos participantes para o grupo alcançar o seu objetivo, e reconhecer o retorno pessoal obtido na atividade em grupo.

Diversas experiências de construção e reconstrução de modelos cooperativos, associativos e autogestionários têm sido vivenciadas: nas fábricas recuperadas, nos empreendimentos solidários de artesãos, recicladores, na agricultura familiar, nas novas cooperativas e associações constituídas a partir da solidariedade. São configurações sociais que materializam outras formas de conviver, na qual a soma de experimentações vem permitindo acumular saberes que, por certo, têm por eixo fundamental, novas relações de saber e poder.

É nesse sentido a reatualização: problematização do conceito de cooperação permite identificar outros espaços de partilha e o reconhecimento das forças contraditórias, mas como elementos complementares na qual os ajustes mútuos traduzam no social a experimentação capaz de proporcionar aos indivíduos condições de saber escolher entre várias coisas, entre vários pensamentos, tanto do presente quanto futuros. E escolher é fundamental na concertação.

Referências

MATURANA, Humberto. Uma nova concepção de aprendizagem. Dois pontos, Belo Horizonte, v.2, n.15, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

McConnel, D. Computer-supported cooperative learning, 1998.

PIAGET, Jean. Estudos sociológicos. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

ARRUDA, Marcos. Tornar Real o Possível - a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Vozes. RJ, 2006.

CAMPOS, Fernanda e Col. Cooperação e aprendizagem on-line. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.